

Cidadania Digital e Redes Sociais: A ampliação do horizonte cívico a novos mecanismos de participação política” referente ao tema Cidadania e Redes Sociais

Bruno Paulo Castendo Rego

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal

Resumo

O artigo que pretendemos apresentar tem como base duas teses de dois sociólogos contemporâneos:

- 1) Manuel Castells, autor de *A Era da Informação*, que sustenta que nas últimas décadas entrámos naquilo a que poderíamos chamar um “um novo mundo”, em que sociedade, economia e cultura estão interligadas graças à emergência das tecnologias de informação, fazendo surgir uma sociedade em rede: a sociedade informacional;
- 2) Ulrich Beck, autor de *Risk Society*, que defende como necessária uma maior participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão política face a potenciais ameaças de natureza ambiental e tecnológica de dimensão transnacional sob pena de uma completa inoperância das instituições políticas actuais.

À luz das mesmas pretendemos a) reforçar a ideia de que, face aos inúmeros desafios contemporâneos de carácter global, dos quais a crise ambiental é um dos eixos sintomáticos, é necessário enfocar a esfera do horizonte cívico à luz de uma nova perspectiva, b) nesse sentido analisar o conceito de cidadania digital como possibilidade de ampliação da esfera de actuação tradicional de cidadania e as redes sociais como novos mecanismos susceptíveis de incrementar a participação cívica e política nas sociedades democráticas, c) defender que as redes sociais, como espaço público virtual de debate, possuem um enorme potencial de contribuição para um redesign dos mecanismos de participação cívica.

Palavras-chave: Cidadania, Participação, Redes Sociais, Tecnologia, Democracia

1. Introdução: a cidadania face aos desafios do século XXI.

O nosso século confronta-se com cenários presentes e futuros sob o prisma do risco e da incerteza, susceptíveis de poderem conduzir a nossa civilização a um colapso do seu modelo civilizacional e, na sua probabilidade mais radical, de alterar as condições da biosfera do planeta Terra.

Os paradigmas que fecundaram a Modernidade - crescimento económico ilimitado, ideia de progresso, crença absoluta na ciência e na tecnologia, visão utilitarista e predatória dos recursos naturais – conduziram-nos progressivamente a uma condição de vulnerabilidade ecológica e social sem precedentes e as soluções para os desafios civilizacionais que enfrentamos têm que ser equacionadas à escala global de acordo com o alcance dos mesmos.

Evoquemos sinteticamente alguns dos desafios a que nos referimos: a adaptação/mitigação das alterações climáticas que constituem a face mais visível e urgente da crise ambiental e

social que vivemos; o aumento da população mundial nas próximas décadas: até 2050 seremos cerca de 9,1 mil milhões; a transição de um modelo civilizacional baseado na utilização intensiva de combustíveis fósseis para uma era de predominante aposta (esperemos) em energias renováveis; um modelo económico global que tem agravado as disparidades entre países industrializados e países subdesenvolvidos, colocando um terço da população mundial numa situação de pobreza extrema.

Um outro marco relevante da contemporaneidade: dado que os problemas que enfrentamos apenas encontram resolução num quadro de cooperação política no plano internacional, torna-se necessário repensar o funcionamento de alguns dos mecanismos das instituições democráticas, algumas delas caracterizadas pela inoperância conceptual, por exemplo, da noção de Estado-nação, bem como o próprio conceito de cidadania no sentido de ser possível uma participação mais activa, comprometida e esclarecida por parte da sociedade civil nos desafios globais que enfrentamos.

Com a emergência das tecnologias de informação e comunicação – TIC - nas últimas duas décadas, possibilitando estas a criação de plataformas de interacção em tempo real entre utilizadores a nível planetário começam a esboçar-se novos matizes que conferem novas dimensões ao exercício da participação cívica. Antes de entrarmos propriamente nelas, revisitemos as teses fundamentais de dois autores que preconizam a relação entre as TIC e a necessidade de incrementação da participação da sociedade civil no espaço público: Ulrich Beck e Manuel Castells.

2. Tópicos de um “Admirável Mundo Novo” I: Ulrich Beck e a criação de uma nova cultura política perante os riscos tecnológicos e ambientais contemporâneos.

Para Ulrich Beck, o conceito que melhor descreve a volatilidade do século XXI é o conceito de risco (1992: 21). Segundo ele, vivemos numa sociedade dominada pela incerteza e insegurança criadas por uma série de ameaças ambientais e tecnológicas provenientes das actividades da ciência e da tecnologia que, devido à imprevisibilidade dos seus efeitos, colocam-nos, entre outras consequências que aqui não abordaremos pela limitação do espaço que dispomos, perante a inadequação das instituições políticas, sugerindo a necessidade de revisão e questionamento dos seus modelos de funcionamento .

Na óptica de Beck, a incapacidade das instituições políticas em gerirem de forma eficaz os efeitos das ameaças ambientais e tecnológicas contemporâneas propiciou a criação de uma nova cultura política em que os processos de tomada de decisão foram ampliados a actores institucionais que anteriormente ficavam de fora do mesmo: é o que Beck denomina como subpolítica e que representa um primeiro passo na efectiva democratização do próprio sistema democrático que se encontra longe de estar completo.

Esta abertura do espaço público a outros actores preconiza a reforma das instituições políticas no contexto dos problemas que afectam a sociedade contemporânea, criando assim a possibilidade de novas oportunidades de acção de forma a tornar não só o sistema político mais justo e equilibrado, mas apelando também, para a consecução desse objectivo, a um incremento da participação cívica, caracterizada pelo envolvimento de indivíduos civicamente comprometidos através dos mecanismos próprios da cidadania numa sociedade democrática,

no debate em espaço público, de uma opinião pública informada e esclarecida relativamente a questões de natureza ambiental e tecnológica.

3. Tópicos de um “Admirável Mundo Novo” II: Manuel Castells e A Era da Informação.

A evolução das TIC produziu alterações em todas as esferas da sociedade contemporânea, sendo praticamente impossível conceber a existência humana sem escapar à sua influência.

Um dos conceitos que melhor retrata uma sociedade profundamente marcada pela tecnologia é o conceito de sociedade em rede, formulado pelo sociólogo Manuel Castells em *A Era da Informação*, em que analisa as alterações provocadas na sociedade contemporânea pela recente emergência das TIC. Assim, segundo Castells, “Uma revolução tecnológica, centrada nas tecnologias de informação, começou a remodelar, de forma acelerada, a base material da nossa sociedade” (2005: 1).

Esta revolução que, de acordo com Castells, se difundiu num período de reestruturação global do capitalismo (2005: 15), transformou o sistema económico, provocando a sua interdependência global e alterou também a natureza da relação entre Estado e sociedade (2005: 1), bem como dos próprios actores do sistema político, dependentes do nível de exposição que têm nos meios de comunicação de massas.

A emergência de redes interactivas de computadores ligados à internet, além de terem implicações significativas na estrutura da identidade pessoal do ser humano, que se está a tornar a principal referência e fonte de sentido na nossa época histórica (2005: 3), produziu um impacte mais amplo. A internet veio alterar por completo a base da esfera comunicacional do indivíduo, “[...] criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela”(2005: 3).

A existência humana, nos seus mais variados âmbitos, está singular e crescentemente dependente da adaptação da nossa adaptação às regras ditadas pelos novos meios tecnológicos de informação e comunicação.

O acesso ou não às TIC pode influenciar largamente a existência do indivíduo, uma vez que estas têm o poder de determinar a sua sobrevivência ou o seu anonimato, mediante a sua exclusão da sociedade de informação.

A sua influência é tal que possuir conhecimentos e competências de domínio das TIC chegar mesmo a representar um novo modo de iliteracia, a iliteracia digital. Como refere Castells, estar em rede, isto é, ter acesso e competências para utilizar as tecnologias de informação, pode significar um factor crítico de mudança ou domínio dentro do contexto social em que estamos inseridos (2005: 605).

A possibilidade de acesso ou não à rede configura de forma determinante a ampliação do conceito tradicional de cidadania que emergiu nos últimos anos: a cidadania digital.

4. Cidadania digital e Globalização: um só mundo.

Sendo um fenómeno ainda recente, que só na última década cresceu de forma exponencial e só em anos recentes começou a merecer a atenção por parte da comunidade académica, a melhor definição que encontramos de cidadania digital é a que inicia um dos ainda poucos estudos consagrados ao tema até à data, *Digital Citizenship – The Internet, Society and Participation*, de Karen Mossberger, Caroline J. Tolbert e Ramona S. Mc Neal.

Segundo as autoras «a “cidadania digital” é a capacidade para participar na sociedade online» (Mossberger et al, 2008: 1) . Considerando que a cidadania digital detém um elevado capital de potencial participação política na sociedade da era da informação (2008: 2), as autoras afirmam que, socorrendo-nos da terminologia de Manuel Castells, numa época em que as redes informáticas são o sustentáculo da comunicação contemporânea, a utilização da internet trouxe benefícios significativos para a participação democrática (2008: 2).

Nesse sentido, os cidadãos digitais são aqueles que “[...] são aqueles que usam a tecnologia frequentemente, que usam a tecnologia em busca de informação política para cumprir os seus deveres cívicos [...]” (Mossberger et al, 2008: 2) .

Outro factor que contribuiu de forma preponderante para a emergência do conceito de cidadania digital, ao qual já aludimos sumariamente no ponto anterior mas que pretendemos clarificar melhor agora, é o processo de globalização económica que o mundo sofreu nas duas últimas décadas, alicerçado na expansão das tecnologias de informação. Estas foram, aliás, fundamentais para a propulsão da tendência globalizante a que assistimos hoje em dia.

Como defende José Tomás do Patrocínio em *Tornar-se Pessoa e Cidadão Digital* :

“De facto, a globalização, como processo complexo e multicausal, com o sentido que lhe é dado nos mais diversos tipos de discurso (económico, político, social, cultural, educativo) surge quando as novas tecnologias de informação e comunicação começam a expandir-se e a popularizar-se por todo o mundo (e ainda mais com o advento da internet) tornando-se a sua estrutura de sustentação” (2004: 37-38).

Mas a globalização não nos remete apenas para isso. Sugere uma ruptura com a representação tradicional de três séculos de Modernidade a diversos níveis. Pauta-se por uma desfragmentação paulatina dos seus pilares da qual somos actores nem sempre de forma consciente.

A sua relação com a emergência da cidadania digital centra-se nisto: no descrédito das instituições políticas e na desconfiança dos cidadãos face à forma como estas actuam; no divórcio profundo entre agentes políticos e cidadãos que se traduz num défice de participação política e cívica.

Mas, mais do que isso, a aceleração do tempo dos acontecimentos na rede digital e a aproximação geográfica que ela suscita, possibilita, como afirma Patrocínio,

“[...] o desenvolvimento da consciência da vivência num planeta de grandes interdependências [...] ou seja, a consciência de que, contemporaneamente, quase nenhum assunto se pode resolver exclusivamente por conta própria nos tradicionais contextos local, regional ou nacional, apelando a contextos, mais do que internacionais, globais [...]” (2004: 38).

Perante esta teia de interdependências globais, tendo como base a expansão das TIC, subscrevemos por inteiro a tese de Peter Singer de que habitamos um só mundo (Singer, 2004: 33). Ou, de acordo com Beck, ser cidadão digital na actualidade significa, acima de tudo, fazer parte de uma sociedade de risco global (1992: 49).

5. Cidadania Digital e Redes Sociais: participação 2.0.

Afirmar que a emergência das tecnologias de informação e comunicação desencadearam por si só a possibilidade da ampliação do exercício cívico à vertente digital seria enfocar a questão de uma forma redutora.

A constituição de comunidades virtuais e o aparecimento das redes sociais contribuíram, estão e continuarão a contribuir, em larga medida para redesenhar o quadro da participação cívica na sociedade contemporânea, na nossa óptica, não no sentido de fazer renascer das cinzas um novo conceito de cidadania, mas sim de lhe ampliar a sua base geográfica e o seu horizonte de actuação.

Explicitemos melhor o que acabámos de afirmar. Se até ao aparecimento da Internet a noção de comunidade, além de restrita a um determinado espaço geográfico, vinculava apenas indivíduos do mesmo, condicionando assim a manifestação do exercício cívico a uma escala local, regional ou nacional, de acordo com Patrocínio “na sociedade tecnológica globalizada que percepcionamos, a cidadania não tem uma dimensão ligada exclusivamente ao espaço residencial ou nacional, mas apresenta um sentido mais global, mais universal” (2004: 138).

É nesta dialéctica constante, e nem sempre coerente e harmoniosa, entre a esfera local e a esfera global que se articula a dimensão de participação digital. Mas não só. A condição social e ideológica que muitas vezes vinculava indivíduos a uma mesma causa surge fragmentada por uma certa despolitização do fenómeno cívico: o exercício cívico deixou de estar ligado fundamentalmente a questões políticas e económicas, mercê do descrédito actual da política e da economia, para passar a girar em torno de causas sociais como a luta contra a pobreza, a preservação do ambiente ou a paz.

Numa contemporaneidade marcada pelo primado da desvinculação política por parte dos indivíduos, as TIC tem a capacidade de potenciar a participação cívica. É o que sustenta Manuel Castells num artigo escrito para a conferência promovida pela Presidência da República Portuguesa em 2005 e organizada pelo próprio e por Gustavo Cardoso, subordinada ao tema “A Sociedade em Rede – Do conhecimento à acção política”: “Sabemos, pelos estudos em diferentes sociedades, que a maior parte das vezes os utilizadores de Internet são mais sociáveis, têm mais amigos e contactos e são social e politicamente mais activos do que os não utilizadores” (Castells e Cardoso, 2005: 23).

A isso não é alheio o fenómeno a que nos últimos anos se tem dado a conhecer como Web 2.0, da qual fazem parte as redes sociais. Assentes numa lógica de participação e de interacção,

distinguem-se dos meios de comunicação tradicionais pela forma de comunicação. Televisão, rádio ou jornais são meios unidireccionais, ao passo que redes sociais como, por exemplo o Facebook ou o Twitter, para nomearmos apenas as mais importantes, são bidireccionais, isto é, de acordo com Sara Cardoso, autora de *As redes sociais online, os jovens e a cidadania*, permitem “[...] ao receptor ser também emissor, com um alcance global e instantâneo [...]” (2011: 19), dotando-o igualmente de maior autonomia porque “[...] conferem ao utilizador da Internet um maior controlo sobre a informação.” (2011: 19).

Segundo Gustavo Cardoso, autor da obra *O que é a Internet*, com esta e, acrescentamos nós em consonância com o que afirmámos no início deste parágrafo, através do potencial trazido pelas redes sociais, “os indivíduos ou grupos têm ao seu dispor um meio mais fácil e menos dispendioso para trocarem informações numa base local, nacional ou global” (Cardoso, 2003: 160).

Neste sentido, a importância das redes sociais para a cidadania traduzem-se essencialmente no seu carácter agregador e mobilizador em torno de uma determinada causa ou movimento com um potencial de difusão mediática e a uma temporalidade vertiginosa inigualável por qualquer outro meio de comunicação na nossa era.

Expressão do seu carácter mobilizador em larga escala são acontecimentos como os que ocorreram na Tunísia e no Egipto no início de 2011, em que as redes sociais foram utilizadas como instrumento de consciencialização política da população, ajudando à queda dos chefes de Estado de ambos os países.

Devido à escassa distância histórica que nos separa dos acontecimentos em questão, subscrevemos com algum cepticismo a tese difundida quase de imediato de que foram as redes sociais as principais responsáveis pela queda de Ben Ali na Tunísia e de Hosni Mubarak no Egipto e de que Primavera Árabe foi a primeira revolução feita através das redes sociais, salientando, no entanto, a capital importância que estas tiveram no desenrolar dos acontecimentos, precisamente através das características que já antes enunciámos e que, em nosso entender, constituem os marcos de referência principais do que se pode entender por cidadania digital: a capacidade de mobilização para a participação cívica e política através da interacção entre os seus utilizadores.

6. Cidadania digital e o futuro – uma conclusão inconclusiva.

Para além da Primavera Árabe, outros testemunhos dão conta do potencial mobilizador que as redes sociais detêm como motor de participação cívica: internacionalmente, o Movimento 15M – Demoracia Real Ya, ocorrido em 2011, em Espanha ou Occupy Wall Street, nos EUA, também no mesmo ano, apenas enumerando os principais.

Carecemos ainda de distanciamento crítico para confirmar ou infirmar a consistência temporal destas manifestações de cidadania que, pela primeira vez na história, tiveram a sua origem na Internet. Constituirão elas uma nova era na história ou sucumbirão à lei do olvido ditado pela velocidade do mediatismo vertiginoso que é a palavra de ordem consagrada no nosso século?

Para já, é lícito e prudente apenas afirmar o seguinte: as redes sociais, tendo a Internet como suporte físico, possuem um reservatório de potencialidades ainda por explorar na senda da

participação cívica. Para além das redes sociais propriamente ditas, fóruns digitais, blogues, petições, entre outros são ferramentas online que permitem a criação de um espaço de debate público capaz de promover cidadãos melhor informados e com maior consciência cívica. Local e globalmente.

Tal como a própria cidadania, a criação desse espaço público digital é uma tarefa em construção permanente. Os desafios globais que enfrentamos, cuja repercussão local também se faz sentir, assim o exigem. Precisamos, igualmente, de cidadãos cada vez mais conscientes e esclarecidos face à complexidade do nosso mundo, que possam erguer a sua voz e que tenham uma palavra a dizer nas questões que norteiam o nosso tempo. Têm a palavra o presente e o futuro.

Bibliografia

- Beck, Ulrich, 1992, *Risk Society*, London, Sage.
- Cardoso, Gustavo, 2003, *O que é a Interne*, Lisboa, Quimera.
- Cardoso, Gustavo. e Castells, Manuel. (Org.), 2005, *A Sociedade em Rede – Do conhecimento à política*, Lisboa, INCM.
- Cardoso, Sara Casimira Abreu - *As redes sociais online, os jovens e a cidadania [Em linha]*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011. Dissertação de mestrado. [Consultado a 12 de Novembro de 2012] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/2011>](http://hdl.handle.net/10071/2011).
- Castells, Manuel, 2005, *A Era da Informação – A Sociedade em Rede*, Vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Howard, Philip N. et al., 2011, *Open Closed Regimes – What Was the Role of Social Media During the Arab Spring?*. Project on Information Technology & Political Islam. [Consultado a 8 de Novembro de 2012]. Disponível em [www:<http://dl.dropbox.com/u/12947477/publications/2011_Howard-Duffy-Freelon-Hussain-Mari-Mazaid_pITPI.pdf>](http://dl.dropbox.com/u/12947477/publications/2011_Howard-Duffy-Freelon-Hussain-Mari-Mazaid_pITPI.pdf).
- Mossberger, Karen, Tolbert J., Caroline e Mc Neal S., Ramona, 2008, *Digital Citizenship – The Internet, Society and Participation*, London, MIT Press.
- Patrocínio, José Tomás, *Tornar-se Pessoa e Cidadão Digital – Aprender a formar-se dentro e fora da escola na sociedade tecnológica globalizada*. 2 Volumes. Lisboa: UNL-FCT, 2004. Dissertação de Doutoramento. [Consultado a 17 de Novembro de 2012]. Disponível em [www:<http://www2.ufp.pt/~lmbg/monografias/tese_jtpv1.pdf>](http://www2.ufp.pt/~lmbg/monografias/tese_jtpv1.pdf).
- Singer, Peter, 2004, *Um só mundo – A ética da globalização*, Lisboa, Gradiva.